

3.3.6 COMUNIDADES TRADICIONAIS

A presente etapa do Diagnóstico Técnico, integrante do Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico do Guará, contempla o estudo das Comunidades de Pescadores Artesanais Caiçaras de Cultura Tradicional que mantém atividades ou relações indiretas no território desta Unidade de Conservação. A criação da ARIE do Guará se deu em decreto junto com a APA Marinha do Litoral Sul, considerando “que devem ser valorizadas as funções sociais, econômicas, culturais e ambientais das comunidades tradicionais da zona costeira por meio de mecanismos e estímulo a alternativas adequadas ao seu uso sustentável” e “a necessidade de promover a pesca e garantir o estoque pesqueiro em águas paulistas, fundamentais para a sobrevivência de populações tradicionais e para essa atividade econômica” (SÃO PAULO, 2008).

Naquele momento, o território da ARIE do Guará já estava compreendido por duas outras Unidades de Conservação, a APA Cananeia, Iguape, Peruíbe (ICMBio) e a APA Ilha Comprida (FF).

A criação da APAIC declara Área de Proteção Ambiental todo território da Ilha Comprida, “(...) Considerando existência de núcleos tradicionais de pescadores que tanto pela imposição do meio como por suas características culturais praticam a pesca artesanal, atividade prioritária à sua sobrevivência e que necessita ser estimulada e contemplada dentro da estrutura socioeconômica desta região” (SÃO PAULO, 1987).

Assim, objetiva-se subsidiar ações de gestão, em função das peculiaridades das comunidades tradicionais do entorno, de forma a compor o Plano de Gestão da ARIEG. Povos e Comunidades Tradicionais são definidos como “(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007). Percebe-se como característica das comunidades tradicionais, a íntima relação com a natureza no intuito de criar, aperfeiçoar e preservar técnicas e saberes, criando regras e definindo normas que extrapolariam o universo laboral, disseminando-as para o todo social.

O viés estruturante deste diagnóstico é uma análise das comunidades de cultura caiçara, identificadas no entorno da ARIEG, ainda que outras comunidades tradicionais locais, como indígenas e quilombolas, enquadradas no universo de usuários da mesma, são consideradas.

Há muitas possibilidades de definição para o termo caiçara. Termo usado para designar comunidades tradicionais que residem no litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, passando pela origem do vocábulo tupi-guarani caá-içara (homem do mar), a palavra encerra questões simbólicas e políticas relevantes. Ao se definir uma comunidade como caiçara se confere a ela especificidades, reconhecendo seu valor de ancestralidade e tradicionalidade e conferindo expectativa de direitos e deveres, tanto no âmbito jurídico, como no social.

Segundo Diegues (2007), cultura caiçara é definida como “um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados, que orientam os indivíduos em suas relações com a natureza e com os outros membros da sociedade e que se expressam também em produtos materiais (tipo de moradia, embarcação, instrumentos de trabalho) e não-materiais (linguagem, música, dança, rituais religiosos)”.

Entretanto, apesar da importância desse reconhecimento, a definição do termo não é um consenso. Inicialmente a socioantropologia definia o caiçara como lavrador-pescador, ao passo em que para trabalhos mais recentes a pesca é vista como atividade primordial para a constituição da cultura caiçara (ADAMS, 2000; DIEGUES, 2003).

Segundo Turatii (2012), esta dicotomia entre ser pescador ou agricultor, pontuada pela produção científica, sobre o conceito da população caiçara, indica que elas não são uma coisa só, pois variam conforme sua localização, histórico de ocupação e, principalmente, pelas dinâmicas econômicas que estão submetidas.

Fato é que as populações caiçaras se formaram nas regiões costeiras dos estados de Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, a partir da miscigenação de povos como os portugueses, os indígenas e também escravos. Dessa miscigenação, desenvolveram um modo de vida peculiar, cujas características remetem a uma ocupação histórica de áreas de Floresta Atlântica costeira e dos ambientes marinhos e estuarinos adjacentes, de modo que suas atividades e hábitos são intimamente vinculados a esse ecossistema e aos recursos que oferecem (HANAZAKI e BEGOSSI, 2000). Os traços mais fortes da trajetória cultural foram a sobrevivência baseada nas atividades de agricultura itinerante, na pesca artesanal de subsistência, no extrativismo vegetal e no artesanato, o conhecimento apurado sobre os ciclos naturais, a força da estrutura familiar e o estabelecimento de práticas de ajuda mútua, (ADAMS, 2000; DIEGUES, 2004).

As dicotomias conceituais ficam por conta da peculiaridade de cada grupo e a forma com que foi se adaptando a cada ambiente e a cada contexto social, geográfico, econômico e político. À essência dessa cultura também é resguardada a capacidade de lidar com as mudanças, quer seja num sistema agroprodutivo, nas roças tradicionais em que era praticada a coivara, nas formas atuais de plantio, no extrativismo, ou num ambiente pesqueiro.

Indígenas e quilombolas têm conseguido maior expressividade perante as políticas públicas que assegurem os seus direitos, como instrumentos de reconhecimento oficial e demarcação de terras. A falta desse instrumento jurídico para os caiçaras faz com que a gestão e os Planos de Manejo das UCs tornem-se ainda mais relevantes para a perpetuação das culturas tradicionais e todo o patrimônio cultural a elas relacionado. A identidade e valorização do patrimônio cultural caiçara representa um potencial na busca por esses direitos e a conciliação com o uso sustentável dos recursos naturais.

3.3.6.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL: O CAIÇARA DO LITORAL SUL

Os primeiros habitantes da região foram grupos que viviam da pesca e da coleta de recursos marinhos, como evidenciam os diversos sambaquis dispersos pelo Lagamar, assim como artefatos coletados, datados de períodos de 6.000 a 1.000 anos. Os grupos que por ali se estabeleceram posteriormente foram identificados como indígenas, principalmente Tupiniquins e Carijós, que viviam em aldeias e cultivavam plantas, como a mandioca, qual era também processada e transformada em farinha (SCATAMACCHIA, 2004).

A expedição de Martim Afonso de Souza, que aportou na Ilha do Bom Abrigo em 1531, foi a que teve como resultado a fundação da Vila de Cananeia, mas não foi a primeira a trazer povoadores portugueses. Sabe-se que essa região estuarina-lagunar foi protagonista de diversas outras expedições e navegações com fins de exploração, exportação, circulação de mercadorias e outros. A região teve então um papel de apoio à navegação colonial, com a fundação de estaleiros (MOURÃO, 2003), enquanto as ilhas, como a do Bom Abrigo foram importante ponto de apoio da vida náutica do momento (DURAN, 2008).

A história da colonização desde então, descrita no item **3.3.1 – Uso e Ocupação do solo**, cria o cenário para o desenvolvimento de comunidades que viviam da agricultura, do apoio à vida náutica e portuária e do comércio responsável pela troca de produtos básicos de origem local (principalmente pescado e arroz) por produtos processados (têxteis, utensílios etc.) (MOURÃO, 2003).

A partir de 1930, a vocação pesqueira da região começa a se consagrar na região Sudeste do Brasil. Inicialmente, a agricultura de cunho comercial passou a decair, enquanto os caiçaras passaram a se dedicar mais à pesca como fonte de renda. Barcos de outros estados inclusive viajavam à região para comprar pescados, e com isso, a região foi atraindo também mais pescadores. A pesca, que era inicialmente artesanal, ganha cunho comercial e adquire escala, principalmente com a chegada de catarinenses que trouxeram novas tecnologias, como a linha de nylon e o barco motorizado, por volta de 1960. As comunidades caiçaras, com essa possibilidade no mercado, acabam se deslocando para as faixas mais próximas à costa para dedicarem-se à pesca como atividade principal e não mais às atividades de roça (MOURÃO, 2003).

Em Iguape, a pesca comercial se tornou intensa, focada principalmente na manjuba, recurso pescado no interior do estuário e não em área da APAMLS, e pelo qual o município é reconhecido até hoje. A manjuba é o recurso principal nos meses mais quentes. Sua pesca já ocorria no estuário rio acima mesmo antes da abertura do Valo Grande. Com a abertura do canal, essa pesca se intensificou, resultante da alteração de salinidade no estuário. As modificações que se sucederam no Valo foram também motivo de alteração na pesca. Nos meses frios, a pesca da manjuba dá lugar à pesca da tainha (CARNEIRO, 2005) Cananeia, por sua vez, teve mais destaque com a pesca da tainha (tanto estuarina, como marinha) e do camarão, ainda que este seja mais representativo da pesca industrial e semi-industrial (MENDONÇA, 2007), como descrito no item **3.3.4 – Pesca, Extrativismo e Maricultura**. A Ilha Comprida, que se tornou município há poucas décadas se destaca no extrativismo de moluscos e crustáceos. (MENDONÇA, 2015)

A dispersão dessas populações pelo território, a incorporação de variados traços culturais e a adaptação às condições das realidades locais levaram à formação de grupos especializados em diferentes atividades econômicas em torno do ambiente aquático. Hoje, as técnicas de pesca são diversas, de artesanais à pesca de larga escala em barco motorizado, tecnologias introduzidas em meados do século XX por grupos vindos de Santa Catarina e Santos.

Atualmente, poucos caiçaras da região dedicam-se simultaneamente a atividades de pesca e de agricultura como fonte de renda. As comunidades que ainda mantêm ambas as atividades em sua maioria, a praticam por subsistência. Em se tratando do público alvo deste Plano de Manejo, consideremos prioritariamente os caiçaras do litoral sul que, de alguma forma são usuários das áreas compreendidas na ARIEG. Incluem-se aí basicamente moradores de Iguape e Ilha Comprida que utilizam a área para pesca e extrativismo, principalmente a coleta de moluscos e caranguejos. O extrativismo é uma importante atividade econômica da região. Embora seja realizado em pequena escala, ele não é ordenado.

As comunidades tradicionais usuárias da ARIEG estão situadas em locais de próximo acesso à água (canais, braço de rio ou mar) sendo continentais (Iguape) ou insulares (Ilha Comprida). Essas populações têm a pesca como a atividade econômica de maior importância, ainda que atualmente ela seja conciliada com atividades turísticas e outros serviços, dependendo principalmente da estação do ano. A renda média das famílias é abaixo da média do estado (MENDONÇA, 2015).

Os caiçaras pescadores em geral possuem barcos pequenos, muitas vezes ainda não motorizados, como as canoas tradicionais. Nos últimos anos, houve um grande aumento de comunidades usando com

lanchas de alumínio e motor de popa, de aproximadamente 8m, embarcações que podem ser usadas também para fins turísticos.

Atualmente, diversos caiçaras complementam sua renda com atividades que ganharam espaço a partir dos anos 60 e se intensificam cada vez mais. São atividades relacionadas ao setor de turismo. Muitos caiçaras trabalham como piloteiros, principalmente em épocas de temporadas turísticas de verão, feriados e em eventos específicos e também para servir às demandas da pesca amadora. A partir dos anos 2000, foram desenvolvidas também as formas de turismo de base comunitária, em que as comunidades conseguem conciliar a geração de renda com a valorização da própria cultura imaterial, sendo através de apresentações, rituais, vivências artísticas, culinária etc.

Apesar de o tema já ter sido apresentado no **Item 3.3.5 – Turismo**, vale retomar brevemente essa modalidade de turismo, que tem sido uma contribuição importante à valorização da cultura caiçara, além de fomentar sua perpetuação através da geração de renda para diversos atores comunitários, que em outros momentos se viam com dificuldades de permanecer em suas comunidades. O turismo de base comunitária tem um público cujo interesse é justamente conhecer e vivenciar os remanescentes de culturas tradicionais, suas manifestações e a relação com o ambiente em que vivem.

Dos elementos típicos da cultura caiçara, destaca-se o modo de vida baseado na subsistência com atividades de agricultura e pesca se complementando, o sistema agroalimentar pautado na roça tradicional e na realização dos mutirões de trabalho coletivo nos sítios, o fandango como a música e o evento de celebração tanto nos mutirões como em outras festas. As festas comemoradas municipalmente são a do Bom Jesus de Iguape, em Iguape, a de Nossa Senhora dos Navegantes, em Cananeia, a de São Pedro, em Ilha Comprida e a do Divino Espírito Santo, em Cananeia e Iguape. Além das festas que são celebradas nos municípios, cada comunidade tem uma celebração religiosa em função do seu padroeiro, santo referente da religião católica. Elementos típicos da cultura caiçara são a presença de casas de farinha e o modo de fazer do beneficiamento da mandioca, a varação de canoa, e as rezas, em alguns casos, cantadas.

Também vale ressaltar que a sazonalidade das atividades econômicas é uma característica que sempre existiu na cultura caiçara, quer ela fosse exclusivamente de uso direto dos recursos naturais, quer seja combinada com outras atividades. A região do Lagamar, que teve parte de sua história ligada ao comércio e exportação dos produtos locais, ainda apresenta destaque na produção e comércio de pescados. Dentre as famílias de pescadores dos bairros urbanos, principalmente em Cananeia e Iguape, renda significativa provém do beneficiamento e venda de pescados. Vale lembrar que atualmente, a maioria dessas comunidades não detém o beneficiamento e, principalmente, o escoamento do pescado. Há muitas mulheres que são temporariamente empregadas no beneficiamento de pescados, principalmente do camarão. Esse serviço é realizado para terceiros, e não é comum ser regido por contrato formal. O escoamento dos pescados, por sua vez, está basicamente nas mãos de empresas de pesca ou de atravessadores. Dessa forma, a renda efetiva dos pescadores e suas famílias ficam aquém da renda potencial caso eles fossem detentores dos meios de produção e das decisões acerca da cadeia produtiva.

O contexto das comunidades caiçaras locais hoje contrapõe iniciativas de valorização das culturas locais comunitárias, em oposição a esforços para implantação de projetos desenvolvimentistas e à atuação pública local precária. As iniciativas de valorização do patrimônio cultural local vêm sendo responsáveis por um significativo fortalecimento da autoestima e identidade da cultura tradicional, além do complemento na geração de renda. Essas iniciativas desencadeiam um processo emancipatório relevante para as comunidades, que passam ter maior organização e atuação social e política, e também a se envolver mais em processos de gestão e de luta pela garantia de seus direitos.

As comunidades tradicionais do entorno da ARIEG estão listadas e brevemente descritas nos **Quadro 3.3.6.1-1** e **Quadro 3.3.6.1-2** e apontadas no **Mapa de Comunidades Tradicionais da ARIE Guará**.

Quadro 3.3.6.1-1 – Comunidades tradicionais próximas à ARIEG, Município de Iguape.

Região	Nome do Grupo/ Comunidade	Caracterização Geral
Barra do Ribeira	Barra do Ribeira	Comunidades em área rural com caiçaras, pescadores, pessoas de fora e turistas. Pesca é importante, mas há diversas atividades, como serviços públicos, turismo, artesanato, emprego em casas de veraneio e serviços relacionados. Acesso por estrada pavimentada, mais balsa. Ruas locais não são pavimentadas.
Estrada da Barra do Ribeira	Prainha	Bairro rural voltado para o estuário, sendo a maior parte da comunidade composta por pescadores artesanais. Compuseram uma Cooperativa de pesca que se encontra inativa, mas em processo de renovação.
	Praia do Leste	Antiga comunidade tradicional caiçara, que tem sofrido com a erosão costeira. Algumas famílias já foram realocadas devido à perda de suas casas. A tendência é que a localidade toda se extinga.
	Vila Nova	Vila próxima ao estuário com maioria de pescadores artesanais que vivem de pesca, extrativismo, artesanato em madeira. Realizam festividades tradicionais.
	Icapara	Vila à beira do estuário, com acesso por estrada pavimentada. Comunidade mista que mantém festividades tradicionais religiosas e também realiza festa da Tainha. Pesca e turismo são atividades principais.
Centro urbano	Vila Garcês	Agrupamentos urbanos onde há comunidades caiçaras, pescadores artesanais e moradores envolvidos em outras atividades econômicas. Há também casas de veraneio. Principal atividade é a pesca no estuário.
	Beira do Valo	
	Rocio	
	Centro	
	Canto do Morro	
Estrada Pariquera-Iguape	Subaúma	Bairro rural onde funcionou o primeiro porto de Iguape. Hoje existe comunidade caiçara que vive da pesca e extrativismo. Acesso à estrada de terra.
	Jairê	Comunidade de pescadores, artesanais, afastada do centro urbano, vivem principalmente da pesca da manjuba e bagre.
Aldeia	Aldeia	Comunidade Quilombola em bairro rural do município, que vive da pesca e do extrativismo.
Ilha Grande	Ilha Grande	Bairro rural de pescadores tem sofrido com os problemas de erosão costeira.
Jureia	Prelado	Comunidades caiçaras antigas, no entorno da ESEC Juréia-Itatins. Acesso direto ao mar, área da APAMLS, onde pescam. Mantêm tradições como o fandango, os bailes, a culinária, a farinha de mandioca. Também praticam extrativismo de ostras, mariscos, siris.
	Grajauna	
	Suamirim	

Quadro 3.3.6.1-2 – Comunidades ou bairros de caiçaras próximas à ARIEG, Município de Ilha Comprida.

Região	Nome do Grupo/ Comunidade	Caracterização geral
Região Urbanizada – Norte	Ponta da Praia	Não configura uma comunidade, mas área de restinga com poucas casas de pescadores e também de veraneio, sofrendo processo de erosão costeira.
	Vila Nova	Pequena e antiga vila de pescadores, onde existe uma antiga capela com o mesmo nome.
	Boqueirão Norte	Área urbanizada em que não se define divisão territorial entre caiçaras e não caiçaras, turistas, etc.

Além das comunidades caiçaras (tabela comunidades), as aldeias Tekoa Guaviraty com 44 moradores, Tekoa Icapara, com 6 moradores, Tekoa Itapuã com 35 moradores e Tekoa Jeyty com 23 moradores em Iguape, todas comunidades indígenas da etnia Guarani M'byá que habitam o território próximo à ARIEG (APACIP, 2015). Em relação às comunidades quilombolas, destacamos Morro Seco e Aldeia em Iguape, sendo que Morro Seco é a única reconhecida pela Fundação Instituto de Terra de São Paulo.

Diferente da área da APAMLS, que possui um uso mais amplo, a ARIE do Guará tem área muito inferior, sendo que as comunidades que utilizam o território, e os usos empregados, ainda não foram plenamente identificados pela gestão. Além disso, sua delimitação desconhecida ou não é clara para todos os usuários do entorno. Assim, para fins de planejamento, sugere-se assumir que:

- A pesca na ARIEG é ocasional e praticada por comunidades que utilizam o estuário (APACIP) para pesca ou extrativismo, mas não é a área principal.
- As comunidades em questão são as mesmas listadas nas tabelas 3.3.6.2.1. e 3.3.6.2.2.
- O foco desta ARIEG é a conservação e monitoramento do Guará, sendo um dos motivos que não se focou em um monitoramento de pesca dentro dos seus limites.

Algumas artes de pesca foram identificadas no entorno da ARIE do Guará, como caceio, tarrafa, pesca de manjuba (com manjubeira e corrico), linhada de mão, vara de caniço/ molinete, rede de fundo (espera) com malha grande para pesca de robalão e pescada amarela, jerivá para pitu (para isca), extração de caranguejo e bicho do lodo (muçum/ mossorongo). De acordo com o Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), todas as artes de pesca ocorrem em toda a área. A **Figura 3.3.6.1-1**, **Figura 3.3.6.1-2** e **Figura 3.3.6.1-3** ilustram o uso de área no entorno da ARIE do Guará para fins de pesca artesanal profissional. Essas fotos foram feitas durante monitoramento da gestão APAMLS/ ARIEG pela Fundação Florestal.

Figura 3.3.6.1-1 – Pescadores artesanais em torno da ARIEG.



Foto: Fundação Florestal.



Figura 3.3.6.1-2 – Pescadores envolvidos com a pesca da manjuba na ARIEG.



Foto: Fundação Florestal.

Figura 3.3.6.1-3 – Pescadores artesanais na ARIEG.



Foto: Fundação Florestal.



3.3.6.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

O histórico de implantação de Unidades de Conservação de proteção integral na região, como a EEJI e o PEIC, somado à implantação de sistemas de leis ambientais, como o Código Florestal, gerou em muitos atores sociais das comunidades caiçaras uma resistência às instituições de gestão ambiental. Ainda, deve-se levar em conta que esses fatos se deram em uma época em que não havia espaço para gestão participativa ou diálogos interinstitucionais. Aos poucos os atores sociais passaram a ter espaço e a se organizar para tal. Algumas comunidades caiçaras possuem associações formalizadas há alguns anos, já tendo histórico de participação em conselhos gestores. Em função disso, algumas outras comunidades estão seguindo o exemplo e buscando formas de se organizar, ainda que não seja através de instrumentos formais. Os grupos e associações da cultura caiçara estão aumentando sua atuação nos conselhos e na participação das atividades da gestão das unidades de conservação e dos municípios. No entanto, ainda é frágil a atuação de representantes da cultura caiçara em geral. A complexidade jurídica das organizações sociais, e a falta de conhecimento sobre tal, que há no Brasil prejudica muito o desenvolvimento deste setor, diminuindo as possibilidades de fortalecimento da cultura caiçara e seus grupos.

As colônias são importantes instituições que assumem a intermediação dos pescadores junto aos órgãos responsáveis para obtenção de diversos serviços, como acesso aos direitos de seguridade social, licenças, regularização de documentos profissionais e das embarcações e serviço de comunicação por rádio em situação de emergência.

O fortalecimento social e institucional de comunidades tradicionais também pode se dar no relacionamento com outras organizações da sociedade civil que atuam no apoio à cultura caiçara e à pesca artesanal, e outras questões socioambientais.

3.3.6.3 RELAÇÕES (HARMÔNICAS OU CONFLITUOSAS) COM OUTROS ATORES, COM A ARIEG E COM INSTITUIÇÕES LOCAIS E REGIONAIS

A relação das comunidades tradicionais com outros atores, com a ARIEG e com as instituições locais é, em geral, neutra, tornando-se harmoniosa ou conflituosa em função de situações específicas. Os momentos que tem gerado mais conflitos são relativos a processos de planejamento e ordenamento ambiental que podem incorrer em restrições de uso ou ocupação. Esta é uma situação inclusive que instiga a participação de contingentes que nem sempre estão envolvidos nos processos de manejo ou decisórios. Muitas vezes há a necessidade de aprofundar o diálogo entre atores, de forma não violenta e profunda, para que todas as partes se façam entender. Por outro lado, relações harmônicas são reforçadas com atores que demonstrem apoio à causa das comunidades.

3.3.6.4 INTERFACE DO SEGMENTO COM OUTRAS UCs, ENVOLVIMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA

A região do Vale do Ribeira, devido ao seu estado de conservação e toda riqueza ecológica e cultural, tem boa parte do seu território protegido por unidades de conservação. Ao todo são 45, dentre as quais há sobreposições, tanto entre as próprias unidades, quanto entre os territórios de uso de comunidades diversas, o que desencadeou inúmeros conflitos (ISA, 2014). A região do Lagamar apresenta duas em especial que geraram muitos conflitos com as populações caiçaras, a Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI), grande parte da sua extensão no município de Iguape, e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), no município de Cananeia. Essa situação decorre por estas UCs serem do tipo Proteção Integral,

que de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, não permite a moradia dentro de seus limites, prevendo a remoção de populações de seu interior, independentemente de serem tradicionais. Deste modo, as comunidades caiçaras enfrentaram conflitos e desafios para conseguirem permanecer no lugar aonde vinham desenvolvendo seus modos de vida, e mantendo os ecossistemas em bom estado de conservação. Assim, o PEIC e a EEJI, mesmo não tendo relação direta com a ARIEG, marcaram a história da resistência e luta dos caiçaras do Lagamar pelos direitos dos povos tradicionais. A menção a essas UCs é válida por contextualizar brevemente a concepção das comunidades acerca das UCs.

Além disso, paralelo à criação de UCs, houve também uma limitação das atividades tradicionais e do modo de vida das comunidades, através do Código Florestal, por exemplo, o que afetou bastante as atividades tradicionais tendo reflexo no abandono de muitas delas e a perda do sistema de conhecimento associado.

Somente em 2006, as comunidades caiçaras conseguiram a criação de reservas de desenvolvimento sustentável, modalidade que lhes permite a permanência em suas terras, fazendo o uso sustentável dos recursos naturais (Diegues, 2007), de modo que em 2008 foram assinados decretos de criação de RESEX e RDS na região. No entanto, mesmo essas unidades mais recentes herdaram uma resistência ao “meio ambiente”, às áreas protegidas, às esferas de gestão ambiental e até mesmo às organizações da sociedade civil que atuam na área socioambiental. Isso é reflexo não só desse processo traumático de remoção das comunidades que sempre viveram ali em consonância com os ciclos naturais, mas também a uma falta de conhecimento da estrutura, dos processos e responsabilidades na gestão dentre os usuários das unidades. Essa situação tem sido prejudicial à gestão ambiental, tanto de UCs, como no nível municipal, pois mesmo aquelas que têm caráter de uso sustentável, com objetivos claros de conciliar à perpetuação da cultura tradicional e a geração de renda com a conservação ambiental, acabam não tendo reconhecimento e credibilidade que se reflita no engajamento comunitário. Há diversas unidades de conservação nas proximidades da ARIEG, mas duas são de fundamental consideração por gerarem uma área de sobreposição entre as três, a APACIP (ICMBio) e a APA-Ilha Comprida (FF). Também vale mencionar, o Mosaico Lagamar, e os Mosaicos Estaduais: Juréia-Itatins, e Mosaico de Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista, que possuem unidades próximas à ARIEG (**Quadro 3.3.6.4-1**).

Quadro 3.3.6.4-1 - Mosaicos da região e suas UCs.

Mosaico Conservação	UCs Compreendidas
Lagamar	APA Cananeia, Iguape e Peruíbe RESEX Mandira ARIE das Ilhas da Queimada Pequena e Queimada Grande ARIE Ilha do Ameixal Estação Ecológica Tupiniquins APA Ilha Comprida ARIE do Guará APA Marinha Litoral Sul Parque Estadual do Prelado Parque Estadual Itinguçu Estação Ecológica Juréia-Itatins RDS Barra do Una RDS Despraiado ESEC Chauás Parque Estadual Campina do Encantado Parque Estadual Ilha do Cardoso Parque Estadual Lagamar de Cananeia

Mosaico Conservação	UCs Compreendidas
	RDS Itapanhapima RESEX Tumba RESEX Taquari RPPN Serra dos Itatins
Jurêia-Itatins	Estação Ecológica Jurêia-Itatins Parque Estadual Itinguçu Parque Estadual do Prelado Refúgio de Vida Silvestre do Abrigo e Guararitama RDS Barra do Una RDS do Despraiado
Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista	APA Marinha do Litoral Norte APA Marinha do Litoral Centro APA Marinha do Litoral Sul APA da Ilha Comprida APA de Alcatrazes Parque Estadual da Ilha Anchieta Parque Estadual da Ilhabela Parque Estadual da Laje de Santos Parque Estadual Xixová-Japuí Parque Estadual da Ilha do Cardoso Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião Área de Relevante Interesse Ecológico do Guará

Fonte: Plano de Manejo APACIP (ICMBio, 2016).

Para a gestão da área em questão, isso se reflete em uma sobreposição de três unidades de conservação, a ARIE do Guará, a APA Ilha Comprida e a APA Cananeia – Iguape – Peruíbe. Sendo esta última decretada por esfera federal, sua normatização poderá se sobrepor às outras. Além disso, é a única que já tem seu Plano de Manejo atualizado e publicado (ICMBIO, 2016). Os outros estão em elaboração, com previsão para conclusão até 2017.

De acordo com a proposta de zoneamento do Plano de Manejo da APACIP, o território da ARIE do Guará estaria classificado em duas zonas, sendo a principal uma zona de sobreposição e algumas porções de manguezal, uma zona de conservação dos manguezais (**Quadro 3.3.6.4-2** e **Quadro 3.3.6.4-3**).

Nota-se então que não há uma proposta de uso para essa zona de sobreposição, de modo que “sua governança deverá ser discutida posteriormente entre os organismos responsáveis, e, portanto, não foram estabelecidas normas neste zoneamento”. Ressalta-se que toda e qualquer proposta de zoneamento, deve estar em consonância com essa diretriz.

Quadro 3.3.6.4-2 – Zona de Conservação dos Manguezais– ZCM da APACIP.

Zona de Conservação dos Manguezais – ZCM/ APACIP ICMBio
<p align="center">Descrição</p> <p>São as áreas de manguezal inseridas na APACIP que compreendem áreas intermarés, com a fitofisionomia caracterizada pelas espécies: <i>Rhizophora mangle</i>, <i>Laguncularia racemosa</i>, <i>Avicennia schaueriana</i>, <i>Conocarpus erectus</i>, <i>Spartina alterniflora</i>. O limite terrestre desta zona encontra-se nas formações vegetais onde as espécies acima listadas não estão presentes em suas áreas contíguas.</p>
<p align="center">Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteção dos manguezais, da biodiversidade, do patrimônio genético e dos serviços ambientais, destacando-se a capacidade de adaptação às mudanças climáticas baseada nos ecossistemas. - Promoção do manejo adequado e da sustentabilidade dos recursos pesqueiros, por meio de técnicas e petrechos apropriados, da avaliação da dinâmica populacional e da garantia da reposição dos estoques.

Zona de Conservação dos Manguezais – ZCM/ APACIP ICMBio
<p>- Apoio e incentivo ao ecoturismo.</p> <p style="text-align: center;">Normas</p> <ul style="list-style-type: none">- É permitida a pesca profissional artesanal e amadora com petrechos legais, conforme normas para pesca presentes neste Plano de Manejo.- É permitida a remoção de macrófitas que representem risco para o equilíbrio dos ambientes naturais e de espécies invasoras de manguezais, desde que seus resíduos não sejam descartados no ambiente aquático e que não haja impacto por pisoteio nas áreas de manguezal, devendo o executor da remoção dar ciência à APACIP.- As autorizações para construção dos ranchos de pesca nesta zona serão definidas pelo ICMBio, ouvidos o Conselho Consultivo da unidade e as comunidades de pesca artesanal.- Não são permitidas edificações em áreas de manguezal.- Para a construção de estruturas náuticas, são válidas as regras apontadas neste Plano de Manejo.- No caso dos trapiches, serão permitidos apenas os flutuantes.- É permitida a aquicultura de espécies nativas de baixo impacto desde que autorizada pela APACIP, conforme o procedimento de Autorização Direta, conforme procedimento disposto na IN ICMBio 04/2009.- Não são permitidas a criação ou a engorda de espécies exóticas no manguezal.- É permitida a aproximação a ninhais somente para observação de aves e pesquisa. Nos casos de observação, deve ser feita em silêncio e é recomendada a presença de monitor ambiental ou condutor de turismo embarcado. Limites para aproximação devem ser estabelecidos futuramente, com estudos específicos para este ordenamento. <p style="text-align: center;">Indicadores</p> <ul style="list-style-type: none">- Relacionar as informações de Captura Por Unidade de Esforço/CPUE – das atividades pesqueiras ao longo do tempo.- Relacionar as demandas de ordenamento pesqueiro e de atividades turísticas com os ordenamentos já realizados. Evolução da área e da localização dos manguezais, levando em conta o aumento do nível do mar, mudanças do clima e outras pressões.- Avaliar e comparar as áreas de manguezal (redução e aumento) ao longo do tempo por meio de técnicas de sensoriamento remoto.- Avaliar e comparar anualmente a porcentagem de troncos mortos de bosques de mangue, monitorados em parcelas permanentes.

Fonte: Plano de Manejo APACIP/ ICMBio, 2016.

Quadro 3.3.6.4-3 – Zona de Sobreposição da APACIP.

Zona de Sobreposição – ZS / APACIP ICMBio
<p style="text-align: center;">Definição</p> <p>Trata-se de uma zona transitória e sua governança deverá ser discutida posteriormente entre os organismos responsáveis, e, portanto, não foram estabelecidas normas neste zoneamento. São áreas subordinadas a um regime especial de regulamentação, constituídas por: unidades de conservação (UCs) e território indígena.</p> <p style="text-align: center;">Sobreposição</p> <p style="text-align: center;">APACIP/ APA Ilha Comprida / ARIE GUARÁ</p>

Fonte: Plano de Manejo APACIP/ ICMBio, 2016.

A Sobreposição à Zona de Proteção Especial da APAIC e à APACIP faz com que diversos decretos regulamentem esta UC criando uma situação de pouca clareza para o entendimento acerca da gestão. A confusão é especialmente ruim para as comunidades tradicionais, pois além de serem os usuários deste território, são populações que possuem pouca familiaridade com o universo das normatizações formais.

Apesar do arcabouço legal sobre as comunidades e pescadores tradicionais na ARIE, o foco de sua gestão até agora tem sido a proteção dos ninhais de Guará, restinga, manguezal e estuário. Não são evidentes os motivos da gestão da ARIE do Guará será realizada de forma conjunta à APAMLS e não à APA Ilha Comprida. Analisando as atas de reuniões e relatórios de gestão e monitoramento, nota-se o foco da gestão da APA muito maior sobre os processos marinhos, restando pouca condição da equipe técnica e o conselho se dedicarem a uma UC com características e funções tão diferentes.

Há uma Câmara Técnica do Conselho para tratar de assuntos relacionados à ARIEG, no entanto, há pouca ação da mesma. Nos primeiros anos, a CT era mais ativa, mas já não obtivemos informações sobre sua continuidade recente. Em 2009, consta em ata de reunião, uma proposta de reunião com comunidades do entorno. Não se têm registros de que ela tenha ocorrido. Além disso, nenhum representante de comunidade esteve presente nas reuniões desta CT.

3.3.6.5 ENVOLVIMENTO ATUAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO DA ARIEG

Os comunitários e pescadores envolvidos na gestão da ARIEG têm, na maioria dos casos, objetivos focados na classe de pescadores (o que envolve diferentes categorias), representados pelas Colônias de Pesca de Cananeia e Iguape. Elas têm representação ativa, participando do Conselho, das reuniões ordinárias, dos encontros do DP e de Câmaras temáticas. Porém, as colônias possuem um corpo ativo reduzido que acumulam tarefas do próprio funcionamento, além de não atuarem representando culturas diferentes, e sim, os pescadores.

Nas oficinas do Diagnóstico participativo (Fundação Florestal, 2014), realizado juntamente com a APAMLS, participaram Associação Rede Cananeia, Crescer para o Futuro, Instituto Lassus, Instituto Ambiental Vidágua e Cooper Canis, organizações que atuam junto a grupos comunitários. Alguns grupos comunitários têm tido participação social crescente com apoio dessas instituições, ainda que nenhum grupo representante de comunidade tradicional tenha cadeira ou participação efetiva no conselho gestor da APAMLS e ARIEG.

Cabe lembrar que a Câmara Técnica de Pesca deste Conselho Gestor, se ocupa das questões relacionadas à pesca, mas sua pauta ainda não teve demanda por um ordenamento específico para ARIEG. Caso seja necessário, deverá ser tratado conjuntamente com a gestão da APACIP. Recentemente, as CTs de Pesca dos dois conselhos têm realizado reuniões conjuntas para temas de interesse comum, o que pode ser promissor para se tratar as demandas da pesca na ARIEG. Ressalta-se que a ARIEG abrange somente um pequeno trecho do canal estuarino, sendo o foco da gestão desta UC a parte terrestre. Nos últimos anos foi priorizado o monitoramento do Guará no território, seus ninhos e indivíduos juvenis.

3.3.6.6 AMEAÇAS E IMPACTOS

Alguns fatores de pressão na ARIEG e no seu entorno surgem desencadeando fragilidades no sistema socioecológico e na sua gestão. O principal gargalo a ser tratado na gestão da ARIEG é dar clareza aos propósitos e processos a serem seguidos no território. Incluir as comunidades tradicionais neste processo já seria um desafio e se dedicar, e torna-se ainda mais delicada a questão diante da confusão criada dada a sobreposição.

Ainda, ressaltam-se aqui algumas ameaças e impactos identificados, que convergem aos da APAMLS e que interferem principalmente a sobrevivência cultural das comunidades caiçaras que dele dependem.

Crise pesqueira: A política pesqueira no Brasil tem um histórico de priorização da pesca industrial com vista a maximizar as capturas. Somado às demandas mercadológicas, isso resultou num quadro de sobreexploração dos estoques pesqueiros e falta de estrutura nas cadeias produtivas sustentáveis e de menor escala, comprometendo a capacidade de pesca principalmente dos pescadores artesanais caiçaras, que dependem de tecnologias simplificadas, de um ambiente mais restrito e do próprio

conhecimento. Na área da APAMLS, eles acabam ainda sofrendo com impactos diretos da concorrência com a pesca industrial com barcos grandes vindos de Santos, Paraná e Santa Catarina. Há também um risco de impacto proveniente de contaminações, predação e/ou competição através de espécies exóticas introduzidas com fins de cultivo. São clássicos casos de cultivos de exóticas em virtude do rápido crescimento, da alta resistência à doenças e, conseqüentemente, da rentabilidade. A introdução de espécies exóticas pode ser extremamente danosa aos ecossistemas e trazer prejuízos também sociais e econômicos (BARBIERI *et. al.*, 2016). Mesmo quando cultivadas em tanques, a probabilidade de escape é alta. Na região do Lagamar, há dois casos que merecem ser mencionados. Um deles é o caso do camarão exótico, *Litopenaeus vannamei*, que foi cultivado em tanques até 2005. Na época, isso gerou conflitos com os pescadores artesanais uma vez que este camarão competia com a espécie nativa de camarão branco (*L. schmitti*). Além disso, havia um risco de contaminação de espécies nativas com doenças virais. No entanto, seu cultivo não se desenvolveu na região, e tampouco ele veio a se tornar uma ameaça, já que de 2008 a 2013 não foram identificados nos monitoramentos realizados pelo Instituto de Pesca, contra os 64 indivíduos identificados entre 2005 e 2007 (BARBIERI *et. al.*, 2016). O outro caso, que atualmente representa riscos, é o cultivo do bagre africano. Entre janeiro de 2015 e julho de 2016, o Instituto de Pesca identificou a presença do bagre africano no Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Marinha e Estuarina do Instituto de Pesca, em todos os meses, principalmente no município de Iguape, destacando-se os 637,50 kg amostrados em março de 2016 (IPESCA, 2016). O bagre africano é uma espécie rústica, bastante resistente às variações ambientais, com grande potencial de reprodução e alto grau de impacto sobre as espécies nativas, tanto por ser predador (onívoro) como pela competitividade (UMBRIA, 2008). O plano de manejo da APACIP (ICMbio, 2016) não permite a criação ou engorda de espécies exóticas no estuário. Deste modo, visto a ameaça à ARIEG, e possivelmente às espécies marinhas que se reproduzem no estuário, deve-se atentar aos riscos potenciais.

Ainda sobre as dificuldades do setor pesqueiro, ressalta-se que não há um órgão específico de referência para tratar das questões da pesca artesanal de forma integrada, o que dificulta a resolução dos problemas do setor, que têm responsabilidades dispersas entre Marinha, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente. Nenhum destes tem a pesca artesanal como tema prioritário. Um dos maiores entraves aos pescadores é a dificuldade de regularização de suas licenças e habilitações, o que não é facilitado neste contexto institucional e ainda prejudica o acesso dos pescadores a possíveis programas de auxílio, direitos e incentivo. As dificuldades são agravadas pelo fato de que o setor pesqueiro, em seus mais variados segmentos, é desunido e pouco articulado na busca por seus direitos ou por melhorias em seus meios de trabalho e/ou cadeias produtivas. As próprias colônias de pesca enfrentam pouca credibilidade e participação por parte dos pescadores, levando a pouca efetividade pela busca de reconhecimento e resolução dos problemas da classe. A crise no setor pesqueiro é a principal ameaça à cultura caiçara no que tange a responsabilidade da ARIEG. O conhecimento que possuem acerca do pescado, dos ciclos naturais dos quais dependem e a manufatura das artes de pesca é um dos principais patrimônios da cultura caiçara.

Poluição aquática: A poluição do ambiente aquático na região se dá através da falta de saneamento e tratamento das águas residuais, poluição de águas a montante dos rios (indústria de fertilizantes e mineração) que desaguam no estuário e também de atividades desenvolvidas no próprio território marinho, como derramamento de óleos, combustíveis e o despejo de resíduos sólidos. A poluição da água, para a pesca artesanal, é especialmente impactante no caso do extrativismo de moluscos, uma vez que são organismos extremamente sensíveis e sua qualidade sanitária depende de um ambiente aquático bem conservado. O extrativismo de moluscos bivalves, como ostras, mariscos, berbigões e almejas é uma atividade muito importante para economia e cultura das comunidades locais.

Erosão costeira: A ARIEG sofre ameaça de erosão costeira, assim como outras regiões do Lagamar. No entanto, são poucas as construções no respectivo território. Próximo à área em questão, já houve um processo erosivo na praticamente extinta Praia do Leste, o que mostra a dinâmica na conformação das barras e bancos de areia. A área da ARIEG compreendida na ponta norte da Ilha Comprida é a que está mais vulnerável, já tendo imóveis próximos que foram danificados por ressacas e aumentos da maré. Há perspectiva da Prefeitura da Ilha Comprida em realocar os habitantes dessa área.

Conflitos de uso do estuário: foi identificado no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), e na análise dos relatórios da equipe técnica da gestão da ARIEG que há conflitos de uso entre pesca artesanal, pesca amadora e turismo desordenado. O Plano de Manejo da APACIP indica conflito incipiente com empreendimentos de aquicultura/piscicultura principalmente com espécies exóticas (já descritos em item anterior). Também indica conflitos entre atividades e usos do estuário, como o uso de moto aquática (jet-ski), as embarcações velozes atrapalhando o turismo de pesca e de observação, além de causarem transtornos às comunidades na beira do canal (ICMBIO, 2016). Ressalta-se ainda que o próprio desenvolvimento deste plano foi alvo de conflitos de interesses entre diferentes segmentos da sociedade, considerando a questão dos usos do estuário. Por fim, o Valo Grande, descrito a seguir, é outro fator gerador de conflitos na região.

Valo Grande: Os impactos gerados com a construção do Valo Grande (já descritos no **item 3.1.2– Meio Físico Marinho**) não param no ambiente aquático com alteração de toda a dinâmica hidrológica e ecológica associada, atingindo também a estrutura terrestre e as habitações do entorno, devido processo erosivo e de sedimentação modificado. Levantamos aqui que, para as comunidades caiçaras do entorno, o principal impacto está na pesca. Com o aporte de água doce no canal, há toda uma mudança neste ambiente, em função da alteração da salinidade no Mar Pequeno e, conseqüentemente, das espécies adaptadas ao ambiente (CUNHA-LIGNON et. al., 2011). A diversidade de peixes acabou sendo reduzida, fazendo com que a pesca fosse focada basicamente em espécies adaptadas à água com baixa salinidade, como o bagre e, principalmente, a manjuba (SALDANHA, 2005). Além da pesca, há um impacto nas moradias do entorno (com risco de enchentes e erosões) e na dinâmica de entrada, saída e fundeio dos barcos.

Exploração de petróleo e gás natural: Ainda não há atividade efetiva de exploração de petróleo e gás na região, mas já foi dado início a processos de licenciamento para perfuração de poços. A maior ameaça que esses empreendimentos representam para as comunidades tradicionais é o caso de acidentes que resultem em derramamento de óleos e derivados, o que seria catastrófico para a cadeia pesqueira. No entanto, foi identificado que esse risco existe mesmo sem a instalação dos empreendimentos, como já teve ocorrência, derramamentos provenientes do transporte pelos navios que atravessam essa zona costeira (WALM, 2012). Além disso, na ARIEG, há áreas de manguezal, que apresentam Índice de Sensibilidade ao toque de óleo bem maior que outros ambientes costeiros. Embora em menor quantidade, há extrativismo de espécies associadas ao mangue, o que pode conferir riscos às populações locais também no que tange a segurança alimentar e perda de nicho de exploração seja para complementação de renda, seja para subsistência (DIAS-BRITO, et. a., 2014).

De maneira geral, ainda pode-se inferir que as comunidades caiçaras de ambientes urbanos são mais vulneráveis socialmente, além de estarem mais propensas a transformações culturais e na cadeia produtiva. A vida urbana é mais custosa, e oportunidades de geração de renda desconectadas da cultura tradicional são mais acessíveis. Restringir ainda mais as opções de continuidade da atividade pesqueira a essas populações pode significar um prejuízo social maior, levando inclusive ao aumento de comunidades que estão à margem da sociedade. A pesca para essas comunidades, apesar de ser a maior fonte de

renda, não tem sido compensatória do ponto de vista social, e daí gera-se o desejo da não continuidade da atividade pelas gerações subsequentes.

3.3.6.7 ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A cultura de uma comunidade é dinâmica, se reinventa e retroalimenta no decorrer do tempo. Nenhuma realidade cultural é estanque e, atualmente, os processos de urbanização, industrialização e globalização, com a internacionalização da produção e de capitais e a mundialização de costumes, agrega rapidez a essas transformações. Assim, ao tratarmos do estado de conservação de uma realidade social, faz-se necessária a definição de critérios para caracterização e elaboração de mecanismos de salvaguarda. A estipulação da caracterização como comunidade conservada ou degradada, sob o ponto de vista de manutenção de suas especificidades culturais, depende do grau de integridade e consequente categorização dessa realidade.

Torna-se necessário traçar uma metodologia que possa estabelecer parâmetros para identificar o grau de integridade em relação às culturas tradicionais e interdependência com a natureza e, assim, estabelecer critérios de vulnerabilidade que dialoguem com seus problemas e ameaças.

Entretanto, a construção desse arcabouço metodológico requer aprofundamento e reflexão, no intuito de obter o maior número de informações sobre os grupos pesquisados, atentando para suas idiosincrasias culturais. A elaboração de inventários da realidade cultural das comunidades é um passo importante no transcurso desse exercício de alteridade. A relevância do referido documento diz respeito à sua contribuição para se identificar e caracterizar as especificidades culturais de cada grupo, identificando elementos chave responsáveis por atribuir sentido e delinear a identidade de cada comunidade.

Uma pesquisa com registros audiovisuais e um trabalho de campo de viés etnográfico seria relevante para se conhecer a presença e os limites dos traços de cultura caiçara em cada situação analisada.

A partir da elaboração desse inventário das referências culturais, seria necessária a conformação de grupos de trabalho com a efetiva participação das comunidades, objetivando a elaboração de linhas de ação protecionistas articuladas com a expectativa das populações, legitimando possíveis políticas públicas futuras. Assim, seria enfatizado o sentimento de pertencimento e a valorização da memória e das manifestações culturais típicas de cada lugar.

Apesar disso, podem-se fazer algumas considerações sobre aspectos específicos da cultura caiçara:

O fandango tem levantado a bandeira da cultura caiçara, não só no dia a dia das comunidades, mas também através de instrumentos formais, sendo registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil perante o IPHAN/MinC. Desde os anos 1990, algumas iniciativas da sociedade civil têm atuado no sentido de valorizar esse estilo e também de mantê-lo vivo nas comunidades caiçaras. Dessa forma, considera-se que este aspecto da cultura caiçara caminha para um bom estado de conservação, ainda que tenha muitos desafios para que a meta se cumpra, e que nos dias de hoje, ele está menos conectado a outros aspectos do patrimônio, como o patrimônio agroalimentar, do que antigamente.

A pesca artesanal nas comunidades caiçaras está bastante vulnerável como já mencionado anteriormente. Além da crise de estoques, as políticas públicas no Brasil, historicamente não tem priorizado o pescador artesanal. Assim, deve-se dar maior atenção e cuidado à manutenção dos sistemas artesanais de pesca.

3.3.6.8 ÁREAS CRÍTICAS E ÁREAS PRIORITÁRIAS

Um dos principais pontos de preocupação para a gestão é a qualidade ambiental dos ecossistemas aquáticos e o respectivo acesso das populações. Tal fator deve-se considerar primordial, pois antes de tudo é responsável por garantir a segurança alimentar das populações costeiras, além de atuar como um alicerce do sistema de conhecimento e produção, patrimônio cultural das populações caiçaras.

A partir daí, pode-se destacar como áreas críticas, para que recebam a devida atenção, tanto na manutenção dos ecossistemas, quanto no acesso pelas comunidades caiçaras.

Essas áreas são:

- Pontos de erosão costeira (ambas as faces do norte da Ilha Comprida, simultâneo à deposição/progradação na ponta da ilha);
- Canal estuarino;
- Manguezais da ARIEG;
- Laguna da ARIEG.

Em relação à vulnerabilidade e criticidade das comunidades, pode-se inferir que as comunidades caiçaras de ambientes urbanos são mais vulneráveis socialmente, além de estarem mais propensas a transformações na cultura e na cadeia produtiva, as mantendo economicamente. A vida urbana é mais custosa, e oportunidades de geração de renda desconectadas da cultura tradicional são mais acessíveis. Restringir ainda mais as opções de continuidade da atividade pesqueira a essas populações pode significar um prejuízo social maior, levando inclusive ao aumento de comunidades que estão à margem da sociedade. A pesca para essas comunidades, apesar de ser a maior fonte de renda, não tem sido compensatória do ponto de vista social, e daí gera-se o desejo da não continuidade da atividade pelas gerações subseqüentes.

3.3.6.9 CENÁRIOS FUTUROS

O cenário atual da ARIEG sob a ótica das comunidades caiçaras é marcado por uma tensão em relação ao futuro da pesca artesanal, somada a uma gestão confusa (diante da sobreposição) e o crescimento de oportunidades relacionadas a um turismo de avistamento de aves, que ainda não é ordenado.

O cenário tendencial é que a gestão se torne mais integrada entre as UCs com os Planos de Manejo finalizados, melhorando a questão dos conflitos de uso, da pesca e do turismo desordenados. Por um lado, as comunidades tradicionais, como os caiçaras, passaram a contar na última década com alguns instrumentos de reconhecimento de seus direitos, como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007, Presidência da República), o Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS (Portaria 89/2010, concedido para uso de áreas de união por comunidades tradicionais), a IN 35/2016 que estabelece critérios de preferência para desenvolvimento de atividades aquícolas por povos e comunidades tradicionais, além das possibilidades de gestão compartilhada, principalmente com a implantação de unidades de conservação de usos sustentável, como as Reservas Extrativistas (RESEX), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e também as Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Por outro lado, esses instrumentos ainda são

pouco conhecidos e há pouco investimento efetivo para se garantir um futuro promissor à continuidade da pesca artesanal no Brasil. Caso a tendência se mantenha, o contingente da pesca artesanal deverá migrar para a industrial ou para empregos no comércio e outros serviços. No entanto, com uma divulgação de informações mais assertiva é provável que a participação das comunidades na gestão da ARIEG seja intensificada e qualificada. Iniciativas da sociedade civil e o mercado que abastece as metrópoles tem difundido um olhar diferenciado para produtos de cadeias mais sustentáveis, nas quais podem se incluir a produção dessas comunidades. Aí aparece uma oportunidade na qual se deve dar atenção para um cenário alternativo que priorize o desenvolvimento local, com a inclusão produtiva em negócios sustentáveis que tenham a cultura tradicional e a produção artesanal como valores agregados. Dentro dessa possibilidade, haveria uma chance para incentivar a continuidade da pesca artesanal ordenada, podendo inclusive se fazer uso dos instrumentos citados, assim como de Termos de Ajustamento de Conduta para o desenvolvimento dessas ações. No entanto, para um ordenamento criterioso, são necessários estudos mais aprofundados sobre o real esforço de pesca, os usuários, os pontos de pesca e as artes utilizadas na ARIEG.

Como sugestão para o desenvolvimento deste cenário alternativo que priorize a valorização da cultura caiçara conciliada à geração de renda e qualidade de vida das comunidades locais:

- Apoio a pesquisas e estudos sobre a pesca e o extrativismo (pesqueiro e vegetal) na ARIEG;
- Monitorar e entender quais atividades e usos são praticados por comunidades tradicionais;
- Buscar informações precisas sobre extrativismo vegetal e de recursos pesqueiros e fomentar o respectivo manejo sustentável;
- Investimento no fortalecimento de cadeias produtivas artesanais com valor cultural agregado;
- Apoio à minimização dos problemas enfrentados por pescadores artesanais em suas atividades (como a regularização da documentação de embarcações, habilitação para navegação e pesca);
- Apoiar a participação das comunidades tradicionais no conselho gestor e oficinas participativas da gestão;
- Criar estratégias de valorização dos produtos e pescados locais para o autoconsumo, promovendo não só o fortalecimento das cadeias locais, como a segurança alimentar das comunidades.

3.3.6.10 INDICADORES PARA MONITORAMENTO

Para avaliação e planejamentos futuros da gestão da ARIEG, sugere-se monitorar os seguintes itens:

- Pesca artesanal: uso de artes de pesca artesanal e a fabricação delas (redes, cercos de taquara, gerival etc.); pontos de pesca, esforço de pesca, capturas etc.;
- Visitações turísticas;
- Gestão efetiva dentro do Conselho e participação de comunidades tradicionais;
- Cadeias produtivas da pesca artesanal (dados econômicos, sociais, culturais e ecológicos);

- Erosão costeira;
- População de moluscos e crustáceos no manguezal;
- Qualidade da água;
- Dados do extrativismo vegetal (espécies utilizadas, grupos de usuários, dados da extração como quantidade, frequência, sazonalidade, fenologia etc.).

3.3.6.11 LACUNAS DE CONHECIMENTO

O levantamento de informações em pesquisas sobre comunidades tradicionais atuando especificamente na ARIEG é praticamente nulo, uma vez que é uma UC relativamente recente e, antes disso, as pesquisas locais não a tinham como referência geográfica. Assim, é importante destacar, dentre as comunidades tradicionais da região, quais efetivamente utilizam o território da ARIEG.

Há dados de pesca monitorados pela Fundação Florestal e também pelo Instituto de Pesca, mas ainda assim, há pouca precisão do que de fato é extraído da ARIEG. Além disso, o acompanhamento das informações sobre os grupos tradicionais e suas atividades é deficiente:

- Faltam estudos detalhados sobre os reais usos da ARIEG, incluindo esforço de pesca, capturas, espécies, artes de pesca, etnoecologia, tanto estuarina como vegetal;
- Faltam estudos da relação entre atividades de pesca;
- Faltam estudos sobre ecologia do Guará;
- Faltam informações sobre extrativismo vegetal;
- Faltam informações sobre os usuários do território da ARIEG;
- Faltam informações sobre impactos das atividades pesqueiras na ARIEG.

Sugere-se, o desenvolvimento de pesquisas que relacionem a dinâmica pesqueira às informações socioeconômicas e a outros aspectos da cultura tradicional, e também à gestão compartilhada, pensando no envolvimento das comunidades e os resultados sociais, culturais e ambientais. Pode-se pensar no desenvolvimento de parcerias com pesquisadores das áreas de gestão ambiental, ecologia humana, antropologia, geografia, comunicação etc. Por fim, faltam publicações que analisem a implantação de programas de gestão participativa e de projetos conduzidos pela sociedade civil ou poder público. Pesquisas sobre a efetividade dessas ações, assim como de metodologias participativas – e até mesmo o desenvolvimento de novas – poderão contribuir com a gestão.

3.3.6.12 POTENCIALIDADES E OPORTUNIDADES

Mirando o cenário do desenvolvimento local, que é o que se aproxima dos objetivos da ARIEG, destacam-se algumas potencialidades e oportunidades. Entendem-se as potencialidades como as características locais que podem ser aproveitadas para intensificar e diversificar resultados do processo de gestão, e as oportunidades como situações que favorecem o desenvolvimento das potencialidades em direção aos

objetivos da ARIEG. Ambas devem ser consideradas no planejamento para que sejam aproveitadas da melhor forma. Estão descritas no **Quadro 3.3.6.12-1**.

Quadro 3.3.6.12-1 - Potencialidades e Oportunidades das culturas tradicionais locais relacionadas à ARIEG.

Potencialidades	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> - Riqueza cultural associada ao ambiente de vida de cada comunidade; - Grande repertório de conhecimentos tradicionais sobre o uso dos recursos naturais; - Manufatura e uso das artes de pesca tradicionais; - Recursos pesqueiros de alta qualidade nutricional e gastronômica; - Ecossistemas e paisagens naturais bem conservados; - Algumas comunidades integradas entre si, com o terceiro setor e com conselhos de diferentes UCs (aumento de conexões e inter-relações aumentam resiliência sociocológica); - Conselho gestor bastante ativo, competente, comprometido e sensível às questões culturais; - Práticas da cultura tradicional caiçara ainda preservadas, como a varação de canoa, os mutirões, as rezas e as festividades, além de ter o fandango registrado como patrimônio imaterial da cultura brasileira pelo IPHAN. 	<ul style="list-style-type: none"> - Momento de valorização de culturas tradicionais (dentro sociedade em geral, terceiro setor e UCs); - Momento de valorização de produtos locais para uso culinário e possibilidade de obter melhor renda com redes de consumidores; - Crescimento do turismo de base comunitária e estratégias de fortalecimento, interesse crescente entre diferentes públicos alvo, como escolas e grupos; - Momento em que redes sociais virtuais são um veículo eficiente e barato para divulgação de serviços, informações e experiências para público externo; - Possibilidade de integração dos usos da ARIEG com turismo ordenado e consciente; - Oficinas para o plano de manejo como meio para dialogar com as comunidades.

3.3.6.13 CONTRIBUIÇÃO PARA PLANEJAMENTO DAS UCs

A gestão de Unidades de Conservação enfrenta muitos desafios, parte deles devido ao seu papel de mediar interesses diferentes no uso dos recursos naturais. Uma gestão que de fato envolva os usuários e interessados terá mais chances de funcionar, de ter uma prática compatível com o planejamento e de ter suas normas respeitadas. Um dos desafios é agregar e reunir esses diferentes públicos na missão da cogestão, e é uma das questões reveladas no presente documento. A APAMLS/ARIEG tem obtido expressividade tratando-se da participação de instituições no Conselho Gestor. No entanto, parece insuficiente o envolvimento de comunidades caiçaras, visto que não é possível depender de um único representante da Colônia de Pesca para “fazer a ponte” com todos os pescadores e caiçaras de cada município.

Por outro lado, faz-se necessário entender que os municípios pequenos contam com instituições também pequenas com corpo reduzido. Uma região com tantas unidades de conservação acaba tendo muitos conselhos e esferas de gestão participativa, o que sobrecarrega alguns poucos envolvidos. Soma-se a essa situação, o fato de que há pouco conhecimento dos processos de gestão e participação social, assim como de leis e responsabilidades.

É fundamental pensar em estratégias integradas entre UCs para otimizar a participação das comunidades tradicionais e instituições que os apoiam (Colônias e OSCs) para que compreendam melhor os processos de participação social e se empoderem desta ferramenta. Um programa de capacitações com metodologias de educação popular é uma alternativa.

É também fundamental pensar em meios e métodos de comunicação mais adequados para facilitar a disseminação das informações relevantes às comunidades, as aproximando da gestão da ARIEG.

Em relação a um possível zoneamento, é importante ressaltar que ele somente deverá ser realizado em esforço conjunto a outras instituições, de acordo com o Plano de Manejo da APACIP. Para se propor um zoneamento, e um manejo efetivo, devem-se levantar os reais usos dessas áreas a partir de dados ainda não publicados, ou seja, deve haver um esforço de campo ou de um processo participativo que dê conta de incluir a diversidade, a qualidade e a quantidade de atividades de comunidades caiçaras na ARIEG. De qualquer forma, deve-se garantir a elas o extrativismo de moluscos e crustáceos desde que respeitado a sazonalidade e manejo biológico.

Por fim, outra estratégia a se considerar como alternativa no fortalecimento da gestão é o desenvolvimento de ações para o fortalecimento de cadeias produtivas com valor agregado para produtos e serviços relacionados à pesca, cultura caiçara e à valorização/conscientização sobre a pesca artesanal.

3.3.6.14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, E.; COA, F.; RESENDE, K. F. O. The exotic species *Litopenaeus vannamei* (Boone, 1931) occurrence in Cananeia, Iguape and Ilha Comprida Lagoon Estuary Complex. Boletim do Instituto de Pesca, p. 479-485, São Paulo: 2016.

CALIPPO, F. R. Os sambaquis submersos de Cananeia: um estudo de caso de arqueologia subaquática. 151p. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2004.

CARNEIRO, R. R. S. A Pesca da manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) e o canal do Valo Grande: uma relação de (des)continuidades em Iguape-SP. 155p. Dissertação de Mestrado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo :2005.

CBH-RB – Comitê de Bacias Hidrográficas do Ribeira de Iguape e Litoral Sul. Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 11. Registro: 2012.

CUNHA-LIGNON, M.; KAMPEI, M.; MENGHINI, R. P.; SCHAEFFER-NOVELÜ, Y.; CINTRÓN, G.; DAHDUOH-GUEBAS, F. 2011. Mangrove Forests Submitted to Depositional Processes and Salinity Variation Investigated using satellite images and vegetation structure surveys. Journal of Coastal Research, SI 64 (Proceedings of the 11th International Coastal Symposium), p. 344 - 348.

DIAS-BRITO, D.; MILANELLI, J. C. C.; RIEDEL, P. S.; WIECZOREK, A. 2014. Sensibilidade do Litoral Paulista a Derramamentos de Petróleo: Um atlas em escala de detalhe. 1ª ed, Rio Claro: UNESP. 236 p.

DIEGUES, A. C. S. O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população. 2007. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>>. Acesso em: agosto de 2016.

DIEGUES, A. C. S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Editora Ática, 1983. 283p.

DURAN, L. D. Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: 2008.

FERREIRA, M. V.; JANKOWSKY, M.; NORDI, N. História e mudanças do sistema alimentar de pescadores: uma comunidade no litoral de São Paulo, Brasil. *Interciência*. v. 34, nº 10, p. 696–702. São Paulo: 2009.

HANAZAKI, N. Ecologia de caiçaras: uso de recursos e dieta. 193p. Tese de Doutorado. Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2001.

IDOM / GEOTEC. Diagnóstico Participativo da APA MARINHA DO LITORAL CENTRO. Produto 3. Fundação Florestal. São Paulo: 2014.

INSTITUTO DE PESCA. Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Marítima e Estuarina do Instituto de Pesca. Relatórios Públicos. 2016. Disponível em: <<http://www.propesq.pesca.sp.gov.br/>> Acesso em: 18 de novembro de 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Plano Diretor para recomposição florestal visando à conservação de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio ribeira de Iguape e litoral sul. Programa Vale do Ribeira. Contrato FEHIDRO 018/2010, 2014.

MENDONÇA, J. T. Gestão dos recursos pesqueiros do complexo estuarino-lagunar de Cananeia-Iguape-Ilha Comprida, litoral sul de São Paulo, Brasil. 383p. Tese de Doutorado em Ciências. Departamento de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). São Carlos: 2007.

MOURÃO, F. A. A. Os pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial. 264p. Tese de Doutorado em Ciências. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 1971.

SALDANHA, I. R. R. Espaço, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (*Anchoiella lepidentostole*) em Iguape/SP. 179p. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2005.

SOUZA, M. R. Etnoconhecimento caiçara e uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale do Ribeira. 102p. Dissertação de Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2004.

TURATTI, M. C. M. Estudo Socioambiental da Ponta da Armação (Guarujá). Anexo II – Laudo Antropológico. PETROBRAS, 2012.

UMBRIA, S. C. Alimentação e reprodução do Bagre Africano *Clarias Gariepinus* (Burchell, 1822) na Bacia do Rio Guaraguaçu, Paranaguá, Paraná, Brasil. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas. Zoologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2008.

WALM. Relatório do Diagnóstico Participativo para o Programa de Educação Ambiental – Região 3: Estado de São Paulo; Programa de Educação Ambiental (PEA SP). PETROBRAS, 2012.